

EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 10/2026

GMS 653/2026

Processo nº 25.472.603-6

UASG 459651

Modalidade: Pregão Eletrônico

1. PREÂMBULO

1.1 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 171/2025, de 05/06/2025, e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, Lei Complementar Federal nº 123/2006, suas alterações, e demais normas aplicáveis, torna público a realização de Licitação, na modalidade, **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para contratação do objeto descrito na Cláusula 3, em **REGIME DE EXECUÇÃO POR TAREFA**.

2 – RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES

2.1 O Pregão Eletrônico será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **Compras.gov.br**. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **www.compras.gov.br**

2.1.1 O edital está disponível nos endereços eletrônicos <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br e www.licitacao.uenp.edu.br.

2.1.2 Os autos do processo da licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema e-protocolo no site www.e-protocolo.pr.gov.br, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

2.2 Acolhimento das propostas: **até as 09h00 horas do dia 03/06/2026**.

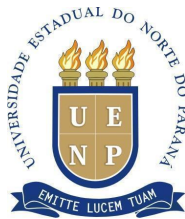
2.3 Disputa de Preços: **as 09h05min do dia 03/06/2026**.

2.4 Modo de Disputa: **Aberto e Fechado**.

2.5 Critério de Julgamento: **Menor Preço por lote**.

2.6 Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

2.7 Na hipótese de indisponibilidade do sistema Compras.gov ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame, a sessão será remarcada, com



um prazo mínimo de 24 horas para abertura a partir do aviso de remarcação no sistema.

3 – OBJETO

3.1 O presente Edital tem como objeto a **contratação de serviço técnico para avaliação imobiliária do Campus Luiz Meneghel – CLM da UENP.**

3.2 Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no portal Compras.Gov, do sistema GMS e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações do Edital.

4 – VALOR DA LICITAÇÃO

4.1 O valor total desta licitação é de **R\$ 35.267,00 (Trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais).**

5 – DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAÇÕES

5.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital desta licitação, conforme disciplina o Art. 164 da Lei 14.133/21.

5.2 Os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações deverão ser formulados por escrito, encaminhados por meio do e-mail **licitacao@uenp.edu.br**.

5.3 Os pedidos serão analisados e decididos pela Comissão de Licitação, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4 Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações, apresentados após o prazo estabelecido, levando-se à presunção de total e irrestrito aceite aos termos e condições fixados no edital e seus anexos.

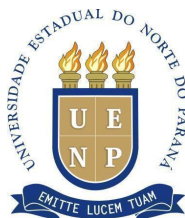
5.5 Fica a critério do Pregoeiro, exclusivamente, conhecer os pedidos encaminhados de forma diversa a estabelecida no item 5.2.

6 – ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da dotação orçamentária nº 4548.12.364.34.8149. Natureza da despesa: 3390-3905. Fonte: 500.

7 – DAS CONDIÇÕES DO SERVIÇO

7.1 O CONTRATADO deverá realizar a avaliação dos imóveis, atendendo aos seguintes requisitos:



- **Objeto da Avaliação:** Levantamento patrimonial de imóveis rurais (Campus Luiz Meneghel), edificações, laboratórios e demais áreas construídas.
- **Finalidade:** Apontamento do valor contábil do ativo para controle patrimonial, equivalência e consolidação.
- **Análise Documental:** Análise de escrituras, plantas, certidões de registro, memoriais descritivos, informações sobre dimensões, áreas edificadas, padrão construtivo e tecnologia.
- **Vistoria Técnica:** Inspeção dos bens para verificar existência, estado de Vistoria Técnica conservação, condições de manutenção, aspectos físicos e infraestrutura da região (urbana/rural).
- **Caracterização do Imóvel:** Descrição detalhada, complementada por fotografias, mapas, e desenhos para esclarecer aspectos relevantes.
- **Laudo Técnico:** Entrega de um único laudo técnico pormenorizado, contendo descrição dos ativos, resultado de pesquisa de mercado, cálculos e documentação fotográfica.

7.2 O Laudo de Avaliação deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- Identificação e caracterização detalhada dos ativos;
- Fundamentação metodológica;
- Pesquisa e tratamento de dados de mercado;
- Memória de cálculo;
- Registro fotográfico sistematizado, e;
- Conclusão técnica com indicação do valor contábil apurado.

7.2.1 A contratada deverá entregar o laudo de avaliação dos imóveis baseados nas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR 14653 Norma Brasileira de Avaliação de Bens e nas recomendações públicas pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia- IBAPE, bem como outros instrumentos normativos e legais vigentes.

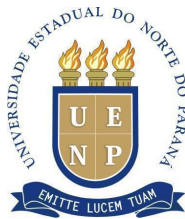
7.2.2 O laudo terá como finalidade subsidiar a mensuração e/ou reavaliação dos ativos imobiliários para fins de controle patrimonial, equivalência patrimonial, atualização do imobilizado e consolidação das demonstrações contábeis, garantindo conformidade com as normas técnicas e contábeis vigentes.

7.3 A execução dos serviços deverá ser realizada por equipe técnica devidamente habilitada, composta por profissional(is) legalmente qualificado(s).

7.4 Deverá ser adotado sempre que possível, o Método Comparativo de dados de Mercado, ou seja, no qual o valor é determinado por meio da comparação com dados de mercado assemelhados quanto às características intrínsecas e extrínsecas do imóvel, observadas as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT.

8 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

8.1 O serviço se iniciará a partir da data definida na Ordem de Serviço emitida pela UENP e terá o prazo para execução de até **30** (trinta) **dias** corridos.



8.1.1 Em casos de complexidade técnica ou situações que impeçam o cumprimento do prazo, a empresa deverá comunicar formalmente a Administração Pública para solicitar uma prorrogação, que será analisada e autorizada, se for o caso.

8.2 O objeto da prestação do serviço deverá ser entregue, acompanhado da nota fiscal/fatura, na Reitoria da UENP, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 850 - Centro, Jacarezinho/PR, no horário das 08:00h às 11:30h e das 13:00h às 16:30h.

8.3 O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega.

8.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, circunstanciado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do processo.

8.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação enviada pela UENP, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9 – DA FORMA DE PAGAMENTO

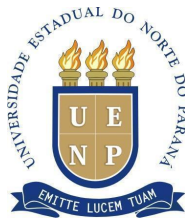
9.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços solicitados e a aprovação do profissional indicado pela UENP, responsável pela supervisão.

10 – DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

10.1 Facultativamente, os responsáveis das empresas poderão visitar o local do serviço no Campus de Bandeirantes, Rodovia BR-369 Km 54, Vila Maria, CEP 86360-000, Bandeirantes/PR, em dias úteis, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h.

10.1.1 Tendo em vista a **faculdade da realização da visita**, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto da presente Licitação, tampouco poderão o fazer em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços relativos à mencionada execução.

10.2 Dúvidas acerca do serviço poderão ser esclarecidas com a Coordenadoria de Gestão de Bens Patrimoniais - COGEP/REITORIA, pelo telefone (43)99106-5968.



11 – DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

11.1 O Pregão Eletrônico será realizado por meio do sistema **Compras.gov.br**

11.2 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema.

11.3 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao Pregão.

11.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

12.1 Os interessados em participar devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas Compras.gov.br

12.2 Poderão participar do presente certame todos os interessados que preencham as condições exigidas neste edital e que:

- a) não tenham sido declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público;
- b) não estejam em processo de falência ou concordata;
- c) não estejam proibidas de transacionar com o Poder Público.

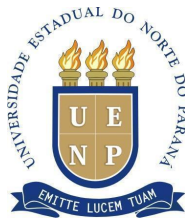
12.3 Não poderão participar da presente licitação os interessados que se encontrem nas situações de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021

12.3.1 Não poderão participar as empresas inseridas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (com sanção de impedimento de licitar/contratar com o Estado do Paraná).

12.4 Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

12.5 É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) pessoa física;
- b) empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- c) empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- e) empresa que esteja temporariamente suspensa para participar de licitação e impedida de contratar com a UENP;
- f) empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a



Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, a partir da publicação do ato na Imprensa Oficial.

12.6 Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão e da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

13 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1 O licitante deverá enviar sua proposta e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema **Compras.gov.br**, no prazo previsto neste edital.

13.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos Serviços.

13.3 O critério de julgamento das propostas será o de **Menor Preço por Lote**.

13.4 O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, sendo considerado como tal em caso de omissão.

13.5 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência das propostas.

13.6 O Pregoeiro, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

14 - DO MODO DE DISPUTA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

14.1 Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 minutos, aleatoriamente determinado (randômico), findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das



ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.3.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, o sistema convocará os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, para oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.4 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

14.4.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.5 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

15 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

15.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e sistema eletrônico indicados neste Edital.

15.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.

15.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

15.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

15.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

15.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

15.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeiro e os licitantes.

15.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



15.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 12.1 deste Edital.

15.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

15.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

15.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

15.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

15.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da sessão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

15.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

15.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

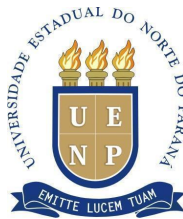
15.13 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas/empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

15.14 Nessas condições, as propostas de microempresas/empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

15.15 A ME/EPP melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

15.16 Caso a microempresa/empresa de pequeno porte melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

15.17 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas/empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



15.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

15.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.20 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

15.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

15.22 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.23 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

15.23.1 Será considerado ofertado o item (marca e modelo) que estiver descrito na proposta final ajustada, independentemente da descrição inserida no sistema compras.gov antes da disputa.

15.24 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 13.23.

15.25 Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

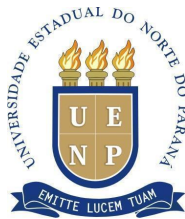
15.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

16 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

16.1 O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

16.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

- a) não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- b) contenha vício insanável ou ilegalidade;
- c) não apresente as especificações técnicas exigidas no edital e seus anexos;



d) apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

16.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

16.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro), sob pena de não aceitação da proposta.

16.4.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

16.4.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se catálogos e outros documentos referentes aos itens ofertados.

16.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

16.7 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

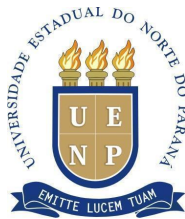
16.8 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

16.9 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.10 Sempre que a proposta não for aceita, e antes do Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

16.11 Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita.

16.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



17 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço proposto, e os documentos de habilitação até a data e o horário estabelecidos pelo Pregoeiro.

17.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

17.3 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

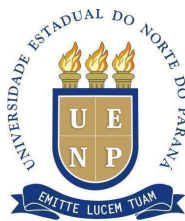
17.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

17.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa de disputa.

18 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

18.1 Os documentos para habilitação que deverão ser inseridos no sistema Compras.gov.br são os seguintes:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração contratual, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição dos seus administradores – os documentos podem ser substituídos por certidão simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais da proponente e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a 06 (seis) meses;
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) **Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (CND Federal)**, mediante a apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, inclusive contribuições sociais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) **Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual (CND Estadual)**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (CND Municipal)**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, ou outra equivalente, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa proponente;
- f) **Certificado de Regularidade de Situação - CRF (FGTS)**;



- g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);**
- h) **Certidão do Distribuidor probatória de inexistência de processos de falência e concordata, ou recuperação judicial e extrajudicial.** Não constando o prazo de validade, será aceita somente a certidão expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura das propostas;
- i) **Certidão de Registro ou inscrição de Pessoa Jurídica** com a regularidade do licitante junto à entidade profissional competente, dentro de seu prazo de validade.
- j) **Comprovação de inscrição regular do responsável técnico no respectivo conselho de classe, sendo eles:** CREA, CAU ou, no caso de corretores de imóveis, o CRECI, acompanhada de inscrição no Cadastro Nacional de Avaliadores de Imóveis - CNAI.

18.2 Conforme o contido na Lei Complementar nº 123/06, na habilitação de microempresa ou empresa de pequeno porte, “havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.”.

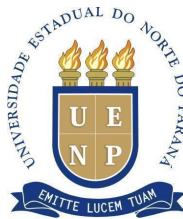
18.2.1 As Microempresas/Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

18.3 Ainda em referência a Lei Complementar 123/2006 será aplicado o benefício do empate ficto às microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44 e 45).

18.4 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital, que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (GMS), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

18.4.1 A habilitação do licitante com cadastro completo no SICAF ou GMS/CFPR poderá ser verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos (habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômica financeira), dispensando o envio desta documentação, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

18.4.1.1 Ao licitante inscrito no SICAF ou GMS/CFPR, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida nestes sistemas, será facultada a apresentação da documentação atualizada na plataforma Compras.gov.br.



18.5 No caso de alguma certidão negativa estar ausente ou vencida, tratando-se de documentos passíveis de serem consultados na internet, poderá o pregoeiro realizar consulta aos sites emissores para verificação da regularidade da empresa arrematante.

19 - DA HOMOLOGAÇÃO

19.1 Constatado o atendimento de todas as exigências fixadas no edital, tanto no tocante à proposta quanto à documentação de habilitação, o licitante que ofertar o menor preço será declarado vencedor pelo Pregoeiro.

19.2 Depois de resolvidos os recursos eventualmente formulados ou, em caso de sua inexistência, os autos serão encaminhados à autoridade competente, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

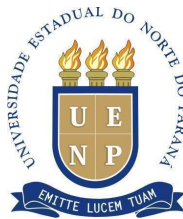
IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação para homologação do resultado do certame, podendo, ainda, revogar a licitação por interesse público ou anulá-la se constatada alguma irregularidade.

19.3 Homologada a presente licitação, a UENP convocará o adjudicatário para assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil, em até 05 (cinco) dias úteis (prorrogável a critério da UENP), sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

19.4 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

19.5 A UENP poderá, quando o convocado não assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil no prazo e condições estabelecidos neste edital: convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços; ou revogar a licitação.

19.5.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 1º colocado, a UENP poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.



19.6 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

20 – DOS RECURSOS

20.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

20.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico.

20.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico.

20.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

20.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo Pregoeiro.

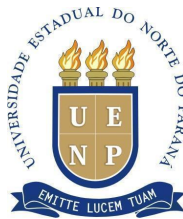
20.4 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21.1.1 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar por prazo não superior a 02 (dois) anos,
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a UENP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.



21.1.2 Para aplicação das sanções administrativas, a UENP levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.2 A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de contratação, nos moldes do art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

21.3 A sanção administrativa de **MULTA** poderá ser de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, e será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não mantiver sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.
- e) apresentar documento falso;
- f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

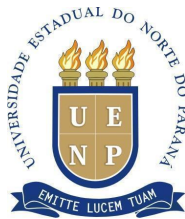
21.4 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

21.5 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

21.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 11.953, de 2018.

21.7 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR).

21.8 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que



concorda o licitante ou contratante.

21.8.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

21.9 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

21.10 A sanção administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 3º do art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022.

21.11 A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 197 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22 - DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1 Não será permitida a subcontratação do objeto.

23 - DO FISCAL E DO GESTOR DO CONTRATO

23.1 A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Ricardo Carvalho da Silva, alocado na Pró-reitoria de Planejamento e Avaliação Institucional - PROPAV/REITORIA

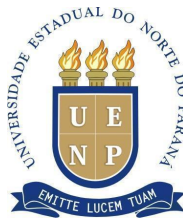
23.2 A responsabilidade pela gestão do contrato caberá ao servidor Robson Aparecido Dezidero, Coordenador de Gestão de Bens Patrimoniais - COGEP/REITORIA.

24 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 A Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, por sua autoridade competente, poderá revogar ou invalidar esta licitação, em qualquer de suas fases, fundamentando os motivos que determinarem sua extinção.

24.2 Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, poderão ser solicitados à Comissão de Licitação da UENP, pelo e-mail licitacao@uenp.edu.br.

24.3 No julgamento das propostas e da habilitação a Comissão poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



25 - DOS ANEXOS DO EDITAL

25.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01 – Termo de Referência

ANEXO 02 – Relação de Itens.

ANEXO 03 – Modelo de Proposta de Preço.

ANEXO 04 – Minuta de Contrato.

Jacarezinho/PR, 18 de maio de 2026.

Leticia Sacoman Sampaio
Pregoeira



PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2026

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

(Contratação por Pregão)

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de serviço técnico para a realização de **Avaliação Imobiliária** do Campus Luiz Meneghel, localizado no município de Bandeirantes – PR, abrangendo os imóveis registrados sob as matrículas **nº 5.104, 482 e 483**, com área total de terreno de **1.518.388 m²** e área construída aproximada de **25.000 m²**, os referidos imóveis encontrando-se devidamente registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná, sob a titularidade do Oficial Fausto Rodrigues Pinto.

1.2 O objeto a ser contratado nesse processo enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.3 O ordenamento das propostas será pelo tipo **MENOR PREÇO EM LOTE ÚNICO**, (Campus Luiz Meneghel, Bandeirantes/PR), que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa.

1.4 A empresa deverá encaminhar proposta detalhada que deverá conter:

a) Planilhas de quantitativos e preços unitários e totais para a execução do objeto da presente Licitação;

b) O preço unitário (**SERVIÇO TÉCNICO PARA AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA DO CAMPUS LUIZ MENEGHEL**).

1.4 As práticas e critérios de sustentabilidade serão adotados nessa contratação por conta de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (art. 15, XII, Dec. 10.086/22).

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O Campus Luiz Meneghel, integrante da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), possui patrimônio imobiliário composto por terrenos, edificações administrativas, unidades acadêmicas, laboratórios, estruturas de apoio, benfeitorias e demais áreas construídas, integrantes do ativo imobilizado da instituição. Identifica-se a necessidade de avaliação contábil imobiliária especializada, com o objetivo de determinar o valor justo atualizado dos bens imóveis, em conformidade com as normas contábeis vigentes e melhores práticas de mensuração patrimonial.

O objeto está previsto no orçamento, sendo financiado por meio da **Fonte 500** – Recursos do Tesouro do Estado – e/ou da **Fonte 501** – Recursos Próprios.



2.1 A estimativa da quantidade a ser contratada baseou-se nos termos das tabelas abaixo:

CAMPUS BANDEIRANTES

ITEM	LOCAL	DESCRIÇÃO	ÁREA ESTIMADA	MATRÍCULAS
01	Rodovia BR 369, km 54 Campus Luiz Meneghel, Bandeirantes/PR	SERVIÇO TÉCNICO PARA AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA DO CAMPUS LUIZ MENEGHEL	Área total de terreno de 1.518.388 m ² e Área construída aproximada de 25.000 m ²	5.104 482 483

2.2 O objetivo da contratação, portanto, é contratar Serviço Técnico para Avaliação Imobiliária para atender as especificações, condições e necessidades do Campus Luiz Meneghel.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

LOTE 1 - BANDEIRANTES - CAMPUS LUIZ MENEGHEL						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DO GMS	UN.	VALOR MÉDIO PREVISTO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO TÉCNICO PARA AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA DO CAMPUS LUIZ MENEGHEL	Classe 0201 Numero 83517	Serviço	R\$35.267,00	1	R\$35.267,00
TOTAL						R\$ 35.267,00

O valor total estimado correspondente ao Lote 01 **BANDEIRANTES - CAMPUS LUIZ MENEGHEL**, é de **R\$35.267,00 (Trinta e Cinco Mil e Duzentos e Sessenta e Sete Reais)**.

O custo estimado da contratação e o respectivo valor máximo foram apurados mediante valor médio dos serviços, oriundo de cotação de empresas particulares.

4. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O fornecimento dos itens ocorrerá em entrega única.

4.2 O prazo de prestação dos serviços será de até 30 dias contados a partir do envio da



ordem de fornecimento/serviço pela UENP.

4.3 O objeto de prestação de serviço deverá ser entregue nos seguinte endereço, acompanhado da Nota Fiscal:

Reitoria: Avenida Getúlio Vargas, no 850 - Centro, Jacarezinho/PR, CEP 86.400-000, no horário de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 16:30 horas.

4.3.1 O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e aceitação mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, circunstanciado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do processo.

4.3.1.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.3.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.3.3 Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias , a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA

O objeto do presente Termo de Referência deverá ter **garantia mínima de 90 dias**, contados do recebimento definitivo do serviço.

6. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e firmadas na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

6.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990).

6.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, bem como corrigir os serviços não executados de acordo com o termo de referência e o edital.

6.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede



a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso.

6.7 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

6.8 Para a execução dos serviços, a Contratada deverá cumprir os seguintes requisitos:

REQUISITO	DESCRIÇÃO
Análise da Documentação Dominial	Análise de escrituras, plantas, certidões de registro, memoriais descritivos e outros documentos relevantes para a determinação de valores, dimensões principais, áreas edificadas, padrão construtivo e tecnologia das edificações.
Vistoria e Análise Documental Análise Quanto ao Uso	Vistorias para análise da melhor maneira possível, compreensão do contexto imobiliário, coleta de dados de mercado, e observação de aspectos físicos, infraestrutura urbana, atividades existentes, desenvolvimento local e restrições físicas e legais da região. Observação de aspectos físicos, ligados à infraestrutura urbana ou rural, possibilidades de desenvolvimento local, posturas legais, restrições físicas e legais.
Caracterização Quanto ao Uso	Descrição detalhada do imóvel, complementada por fotografias, mapas, desenhos e outros documentos que esclareçam aspectos relevantes.
Vistoria de bens	Inspeção dos bens que constituem o Ativo Imobilizado, considerando existência, estado de conservação e condições de manutenção do bem patrimonial.
Documentos do Imóvel	Envio de Matrícula do imóvel, Croqui das áreas a serem avaliadas, ITR, Plantas baixa com quadro de áreas e Contatos para vistorias.
Documentos	Posição do imobilizado dos imóveis em arquivo Excel, atualizado, contendo: descrição completa do bem, número do ativo, adição, número do TAG, data de aquisição, NF número, fornecedor, centro de custo, conta contábil, taxa de depreciação mensal societária e fiscal, valor de aquisição.

REQUISITO	DETALHES E METODOLOGIA	PADRÕES DE CONFORMIDADE
Objeto da	Levantamento patrimonial de imóveis rurais	Normas contábeis vigentes



Avaliação	(Campus Luiz Meneghel), edificações, laboratórios e demais áreas construídas	
Finalidade	Apontamento do valor contábil do ativo para controle patrimonial, equivalência e consolidação.	Normas contábeis vigentes
Análise Documental	Análise de escrituras, plantas, certidões de registro, memoriais descritivos, informações sobre dimensões, áreas edificadas, padrão construtivo e tecnologia,	ABNT e legislação pertinente
Vistoria Técnica	Inspeção dos bens para verificar existência, estado de Vistoria Técnica conservação, condições de manutenção, aspectos físicos e infraestrutura da região (urbana/rural).	ABNT e melhores práticas de engenharia
Caracterização do Imóvel	Descrição detalhada, complementada por fotografias, mapas, e desenhos para esclarecer aspectos relevantes.	ABNT NBR 14653
Laudo Técnico	Entrega de um único laudo técnico pormenorizado, contendo descrição dos ativos, resultado de pesquisa de mercado, cálculos e documentação fotográfica.	ABNT NBR 14653

6.9 Identificar tendências e obter informações de valor que permitam uma estimativa precisa do valor contábil dos ativos:

TIPO DE DADO	OBJETIVO
Valores de Terreno	Comparar com terrenos de características e localização semelhantes na região de Bandeirantes - PR.
Custos de Construção	Levantar custos unitários de edificações (laboratórios, salas de aula, escritórios) com padrões construtivos equivalentes.
Valores de Aluguel/Transação	Analisar transações recentes de compra e venda ou contratos de aluguel de imóveis e estruturas similares para fins de valoração.
Infraestrutura Regional	Avaliar a influência de melhorias de infraestrutura urbana/rural e possibilidades de desenvolvimento local no valor dos ativos.
Legislação e Restrições	Verificar posturas legais e restrições físicas



	que possam impactar o valor de mercado ou a utilização do imóvel.
--	---

6.10 O escopo compreende, inicialmente, a análise técnico-jurídica da documentação dominial, registros imobiliários, plantas, memoriais descritivos, projetos aprovados, eventuais averbações e demais elementos necessários à caracterização dos ativos.

Na etapa subsequente, será realizada vistoria técnica in loco no Campus Luiz Meneghel, contemplando:

- k) Conferência física e identificação individualizada dos bens imóveis e benfeitorias;
- l) Levantamento de características construtivas (padrão, tipologia, sistemas estruturais, acabamentos e instalações);
- m) Avaliação do estado de conservação, vida útil remanescente atuais;
- n) Análise das condições de manutenção e funcionalidade;
- o) Verificação de conformidade urbanística e aspectos legais pertinentes;
- p) Coleta de dados mercadológicos e informações comparativas para fundamentação dos métodos avaliatórios.
- e) A execução dos serviços deverá ser realizada por equipe técnica devidamente habilitada, composta por profissional(is) legalmente qualificado(s).

A metodologia adotada observará as normas da ABNT aplicáveis à avaliação de bens, incluindo procedimentos de identificação, caracterização, classificação e quantificação dos ativos, bem como aplicação dos métodos avaliatórios pertinentes (comparativo direto de dados de mercado, método do custo e/ou outros tecnicamente justificáveis), com tratamento estatístico quando cabível. O produto final consistirá na emissão de Laudo Técnico de Avaliação Contábil Imobiliária, contendo:

- q) Identificação e caracterização detalhada dos ativos;



- r) Fundamentação metodológica;
- s) Pesquisa e tratamento de dados de mercado;
- t) Memória de cálculo;
Registro fotográfico sistematizado;
- u) Conclusão técnica com indicação do valor contábil apurado.

O laudo terá como finalidade subsidiar a mensuração e/ou reavaliação dos ativos imobiliários para fins de controle patrimonial, equivalência patrimonial, atualização do imobilizado e consolidação das demonstrações contábeis, garantindo conformidade com as normas técnicas e contábeis vigentes.

7. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 7.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 7.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 7.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido/serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 7.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 7.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do bem/execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 7.6 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;
- 7.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções



administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 O (s) responsável (is) pela fiscalização e acompanhamento do processo é Robson Aparecido Dezidero - Coordenador de Gestão de Bens Patrimoniais, como Gestor de Contrato, cujo e-mail é radezidero@uenp.edu.br e telefone (43) 3511-3200 e Ricardo Carvalho da Silva - Assessor Técnico de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPAV) como Fiscal de Contrato, cujo e-mail é ricardo.carvalho@uenp.edu.br

9.2 Todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato serão devidamente registradas, e as medidas necessárias para a correção de falhas ou defeitos observados serão determinadas.

9.3 A fiscalização mencionada neste item não exime nem diminui a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, mesmo que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios. Em tais casos, a fiscalização não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, conforme a legislação aplicável.

9.4 O representante da Administração registrará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, especificando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários envolvidos. Serão indicadas as providências necessárias para regularizar falhas ou defeitos observados, e os registros serão encaminhados à autoridade competente para as ações cabíveis.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável pela elaboração do TR

Ricardo Michelato dos Anjos
REG-GAB - Gabinete do Reitor

Jacarezinho, 09 de Abril de 2026.



PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2026

ANEXO 02

						VALOR	VALOR MÁXIMO
GOV	ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO GMS	UNID.	QTD.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	1	<p>SERVIÇO TÉCNICO PARA AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA DO CAMPUS LUIZ MENEGHEL - CLM</p> <p>O escopo compreende:</p> <p>1. Levantamento patrimonial de imóveis rurais (Campus Luiz Meneghel), edificações, laboratórios e demais áreas construídas;</p> <p>2. Apontamento do valor contábil do ativo para controle patrimonial, equivalência e consolidação;</p> <p>3. Análise de escrituras, plantas, certidões de registro, memoriais descritivos, informações sobre dimensões, áreas edificadas, padrão construtivo e tecnologia;</p> <p>4. Inspeção dos bens para verificar existência, estado de Vistoria Técnica conservação, condições de manutenção, aspectos físicos e infraestrutura da região (urbana/rural);</p> <p>5. Descrição detalhada, complementada por fotografias, mapas, e desenhos para esclarecer aspectos relevantes;</p> <p>6. Entrega de um único laudo técnico pormenorizado, contendo descrição dos ativos, resultado de pesquisa de mercado, cálculos e documentação fotográfica.</p>	0201 83517	unidade	1	R\$ 35.267,00	R\$ 35.267,00
						TOTAL	R\$ 35.267,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

ANEXO 03

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ: _____ FONE: (____) _____

E-MAIL: _____

LOTE:

					Valor	
Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	R\$ Unit.	R\$ Total
1						
2						
...						
					Total	

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Dados do responsável pela assinatura do contrato.

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:



Dados Bancários da empresa:

Banco:

Agência:

C/C:

Local e data.

Representante Legal
Cargo



PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2026

ANEXO 04

MINUTA DE CONTRATO nº ##/2026

CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ – UENP, autarquia estadual de ensino superior, inscrita no CNPJ sob nº 08.885.100/0001-54, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº 850, Centro, Jacarezinho/PR, CEP 86400-000, neste ato, representada por seu Reitor Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, portador do RG nº *.07.09*-* SESP/PR, inscrito no CPF sob nº ***.608.41*-*.

CONTRATADA: #####, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº #####, com sede #####, neste ato representada por #####.

As partes têm entre si justo e acertado o presente Contrato, resultante da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico 10/2026 (GMS 653/2026)**, Processo nº 25.472.603-6, **homologado em XX/XX/2026**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, suas alterações e demais normas aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições especificadas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Este contrato tem por objeto a **contratação de serviço técnico para avaliação imobiliária do Campus Luiz Meneghel – CLM da UENP**.

Item	Descrição	Un.	Qtd.	Valor	
				R\$ Unit.	R\$ Total
1					
...					
				Total	

Parágrafo Único: Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando-se as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Pregão Eletrônico nº 10/2026, com seus anexos e a respectiva proposta da **CONTRATADA**.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1 Pela aquisição do objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ #####. (#####)**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DO SERVIÇO

3.1 O **CONTRATADO** deverá realizar a avaliação dos imóveis, atendendo aos seguintes requisitos:

- **Objeto da Avaliação:** Levantamento patrimonial de imóveis rurais (Campus Luiz Meneghel), edificações, laboratórios e demais áreas construídas.
- **Finalidade:** Apontamento do valor contábil do ativo para controle patrimonial, equivalência e consolidação.
- **Análise Documental:** Análise de escrituras, plantas, certidões de registro, memoriais descritivos, informações sobre dimensões, áreas edificadas, padrão construtivo e tecnologia.
- **Vistoria Técnica:** Inspeção dos bens para verificar existência, estado de Vistoria Técnica conservação, condições de manutenção, aspectos físicos e infraestrutura da região (urbana/rural).
- **Caracterização do Imóvel:** Descrição detalhada, complementada por fotografias, mapas, e desenhos para esclarecer aspectos relevantes.
- **Laudo Técnico:** Entrega de um único laudo técnico pormenorizado, contendo descrição dos ativos, resultado de pesquisa de mercado, cálculos e documentação fotográfica.

3.2 O Laudo de Avaliação deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- Identificação e caracterização detalhada dos ativos;
- Fundamentação metodológica;
- Pesquisa e tratamento de dados de mercado;
- Memória de cálculo;
- Registro fotográfico sistematizado, e;
- Conclusão técnica com indicação do valor contábil apurado.

3.2.1 A contratada deverá entregar o laudo de avaliação dos imóveis baseados nas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR 14653 Norma Brasileira de Avaliação de Bens e nas recomendações públicas pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia- IBAPE, bem como outros instrumentos normativos e legais vigentes.

3.2.2 O laudo terá como finalidade subsidiar a mensuração e/ou reavaliação dos ativos imobiliários para fins de controle patrimonial, equivalência patrimonial, atualização do imobilizado e consolidação das demonstrações contábeis, garantindo conformidade com as normas técnicas e contábeis vigentes.

3.3 A execução dos serviços deverá ser realizada por equipe técnica devidamente habilitada, composta por profissional(is) legalmente qualificado(s).



3.4 Deverá ser adotado sempre que possível, o Método Comparativo de dados de Mercado, ou seja, no qual o valor é determinado por meio da comparação com dados de mercado assemelhados quanto às características intrínsecas e extrínsecas do imóvel, observadas as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1 O serviço se iniciará a partir da data definida na Ordem de Serviço emitida pela UENP e terá o prazo para execução de até 30 (trinta) dias corridos.

4.1.1 Em casos de complexidade técnica ou situações que impeçam o cumprimento do prazo, a empresa deverá comunicar formalmente a Administração Pública para solicitar uma prorrogação, que será analisada e autorizada, se for o caso.

4.2 O objeto da prestação do serviço deverá ser entregue, acompanhado da nota fiscal/fatura, na Reitoria da UENP, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 850 - Centro, Jacarezinho/PR, no horário das 08:00h às 11:30h e das 13:00h às 16:30h.

4.3 O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega.

4.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, circunstanciado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do processo.

4.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação enviada pela UENP, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da publicação de seu extrato no DIOE/PR.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega definitiva do objeto e o atesto de conformidade do servidor responsável na nota fiscal.



CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 Constituem direitos da **CONTRATANTE** receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro: Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- I** - efetuar o pagamento ajustado à **CONTRATADA**;
- II** - dar à **CONTRATADA** as condições necessárias para regular execução do Contrato.
- III** - comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- IV** - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo: Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I** - prestar o serviço na forma ajustada com o **CONTRATANTE**;
- II** - tomar todas as providências necessárias para a correta elaboração, entrega e execução dos serviços objeto do Edital e Termo de Referência, responsabilizando-se integralmente pelo fiel cumprimento das especificações técnicas, quantitativa e qualitativas previstas no contrato;
- III** - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e seguros, decorrentes da execução do presente Contrato;
- IV** - manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico nº 10/2026**;
- V** - apresentar, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem o efetivo cumprimento da legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- VI** - Substituir, corrigir ou refazer integralmente o relatório de avaliação que for devolvido em razão da inconsistências, não conformidades ou divergências em relação às especificações estabelecidas no Edital e Termo de Referência, dentro dos prazos estipulados, sujeitando-se às sanções cabíveis em caso do descumprimento;
- VII** - Cumprir rigorosamente todos os prazos, condições, datas e horários e locais estabelecidos para entrega do relatório de avaliação, respondendo pelos eventuais atrasos e prejuízos decorrentes;
- VIII** - Aceitar, se for necessário, acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei 14.133/2021.



CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 O CONTRATADO se incorrer em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

8.2 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Impedimento de licitar;
- IV – Declaração de inidoneidade;

Parágrafo Primeiro: Para aplicação das sanções administrativas, a CONTRATANTE considerará a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Segundo: A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de contratação, nos moldes do art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

Parágrafo Terceiro: A sanção administrativa de **MULTA** será aplicada por inexecução total ou parcial da obrigação, sujeitando o inadimplente à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observando-se os seguintes limites:

3.1 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197 do Decreto Estadual 10.086/2022.



3.2 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3.3 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pelo CONTRATANTE, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que o CONTRATANTE reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o CONTRATADO.

3.4 A retenção de pagamento de outros contratos, pelo CONTRATANTE, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

3.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

3.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e na Lei Estadual nº 20.656/2021, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013 e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

3.8 As multas previstas neste Contrato poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Estadual.

Parágrafo Quarto: A sanção administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 3º do art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022.

Parágrafo Quinto: A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 197 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo Sexto: A não regularização da documentação pertinente à comprovação de regularidade fiscal por parte das microempresas e empresas de pequeno porte no prazo estabelecido no Edital, implica em descumprimento de obrigação passível de aplicação das sanções administrativas, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.



CLÁUSULA NONA - DOS REAJUSTES E CORREÇÃO MONETÁRIA

9.1 No caso da necessidade de reajuste do valor deste contrato, nos termos do art. 6º, inc. LVIII da Lei 14.133/21, será adotado como índice o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE). A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

9.2 Na ocorrência de pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, o mesmo será respondido em até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECURSO FINANCEIRO

10.1 Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da dotação orçamentária nº 4548.12.364.34.8149. Natureza da despesa: 3390-3905. Fonte: 500.

Parágrafo Único: O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA, à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

11.1 O presente contrato será firmado em **REGIME DE EXECUÇÃO POR TAREFA**, conforme definido pelo art. 6º, XXXI, da Lei 14.133/21, em atendimento ao art. 92, inciso IV, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA

12.1 A contratada deverá corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer inconsistências identificadas nos serviços executados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação formal.

12.2 O prazo de garantia dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo, período no qual a contratada ficará obrigada a realizar os ajustes e correções necessários.

12.3 A garantia refere-se exclusivamente à qualidade técnica dos serviços prestados, não se aplicando a alterações de conteúdo solicitadas posteriormente pela contratante que não decorram de inconsistências na execução.

12.4 O pedido de correção poderá ser formalizado por e-mail, ofício ou outro meio oficial de comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

Parágrafo Primeiro: A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 180, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, ensejará a extinção do presente contrato.

Criada pela Lei Estadual 15.300/2006 - Autorizada pelo Decreto Estadual nº 3909/2008 - CNPJ 08.885.100/0001-54

Av. Getúlio Vargas, 850 - CEP 86400-000 Jacarezinho/PR - fone/fax 43 3525 3589 - www.uenp.edu.br



Parágrafo Segundo: Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Terceiro: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Quarto: A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar nas consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2022, sem prejuízo das demais sanções previstas.

Parágrafo Quinto: Conforme disposto no art. 90, § 7º da Lei 14.133/2022 será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual.

Parágrafo Sexto: O CONTRATADO reconhece, desde já, todos os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO GESTOR E DO FISCAL

14.1 A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Ricardo Carvalho da Silva, alocado na Pró-reitoria de Planejamento e Avaliação Institucional - PROPAV/REITORIA

14.2 A responsabilidade pela gestão do contrato caberá ao servidor Robson Aparecido Dezidero, Coordenador de Gestão de Bens Patrimoniais - COGEP/REITORIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na legislação abaixo e outras pertinentes ao objeto, ainda que não explicitadas:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- b) Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- d) Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- e) Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- f) Código Civil Brasileiro e, ainda, pelos preceitos de direito público e pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos.

15.2 Aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LGPD

16.1 Quanto ao tratamento dos dados pessoais, as partes se comprometem a proteger os respectivos direitos fundamentais da liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inclusive nos meios digitais. Com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os referidos dados pessoais submetidos neste instrumento contratual, interesses legítimos, específicos, explícitos, no que couber, devem ser previamente informados ao titular, previstas nas hipóteses dos art. 7º, art. 11 e/ou art.14 da Lei 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, impossibilitadas de serem dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Jacarezinho/PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Jacarezinho/PR, XX de XXXXXX de 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP

Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

CONTRATADA

Robson Aparecido Dezidero
GESTOR

Ricardo Carvalho da Silva
FISCAL



XXXXXXXXX
TESTEMUNHA

XXXXXXXXX
TESTEMUNHA

